

O PAPEL DA FRONTEIRA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIO-ESPACIAL DA AMAZÔNIA.

THE ROLE OF THE BORDER IN THE SOCIO-SPATION PROCESS OF THE AMAZON

Cláudia Pinheiro Nascimento¹
Ana Paula Vidal Bastos²

RESUMO: A Amazônia é foco de inúmeras discussões na atualidade, associadas sobretudo, a sua condição de desenvolvimento. Muitas são as perspectivas que permeiam as causas da condição atual da Amazônia no quadro social e econômico brasileiro, porém, grande parte destas, não conseguem apreender a realidade na sua totalidade, apresentando falhas quando utilizadas na construção de medidas para solução dos problemas apresentados. A complexidade da construção do espaço amazônico, requer uma leitura mais completa, envolvendo os diferentes elementos; econômicos, políticos, sociais e ideológicos. Sendo assim, este trabalho se propõe a realizar uma leitura da formação sócio-espacial da Amazônia a partir do processo de incorporação da fronteira, na tentativa de permitir que se compreenda o porquê da condição atual de desenvolvimento amazônico.

Palavras Chaves: Amazônia, Fronteira, Formação Socio-Espacial.

ABSTRACT: The Amazon has been on focus of many discussions nowadays, mainly related to its development condition. There are many perspectives that permeate the causes of Amazon's current condition in the Brazilian social and economic situation, however, many of these have hadn't took its entirety, with failures when used in the construction of ways to solve the problems presented. The complexity of the spatial construction of the Amazon region requires more thorough reading, involving the different elements; economic, political, social and ideological. Thus, this study aims to perform a reading of the socio-spatial formation of the Amazon from the frontier merger process, in an attempt to allow them to understand why the current condition of Amazonian development.

Key words: Amazon, Borders, Socio-Spatial Formation.

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pela Universidade Federal do Pará (UFPA/NAEA). Email: nascimento.cp@gmail.com

² Graduada em Psicologia pela Universidade do Porto. Mestre e Doutora em Economia pela Universidade de Tsukuba. Professora Associada da Universidade de Brasília (UNB). E-mail: apvbastos@gmail.com

Introdução

A discussão sobre fronteira é um assunto que permeou grande parte da história da formação dos Estados Nacionais, pois está associado, sobretudo, a incorporação e consolidação dos espaços físicos e do domínio dos mesmos.

Ela é concebida no imaginário social como limite geográfico, cuja imagem traduz os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social.

Porém, a constituição da fronteira carrega em si, muito mais do que o estabelecimento de limites geográficos, seu estabelecimento não constitui um processo natural, sem intenções e vontades, mas, carrega os interesses e necessidades do modo de produção dominante.

No caso da constituição da fronteira amazônica, seu processo de incorporação, está associado, sobretudo, a inserção do Brasil no capitalismo mundial e a organização causada por este na sociedade brasileira (CARDOSO e MULLER, 1977, BECKER, 1988).

Uma leitura de Marx, segundo Harvey (2005) afirma que o crescimento econômico no capitalismo, ocorre segundo um processo de contradições internas, que se manifesta na forma de crises. Crises estas que são inerentes ao modo de produção capitalista.

O Brasil neste momento vivenciava um período de crises, que representavam a necessidade de dar continuidade ao crescimento do centro dinâmico do Sudeste (MONTE-MÓR, 1994; CARDOSO e MULLER, 1977), e a solução para os problemas de tensão social que se estruturavam no Nordeste (IANNI, 1979).

As crises apresentam, porém, uma função importante, que é impor uma certa racionalidade no desenvolvimento econômico do capitalismo. “Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas, de fato criam condições que forçam algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista (HARVEY, 2005, p. 46-47).

A reação as crises, segundo Harvey (2005) será a renovação da acumulação como forma de sustentar o sistema capitalista, que ocorre através de mecanismos como: penetração de capital em novas esferas de atividade, da criação de novos desejos e novas necessidades de consumo, pela facilitação e estímulo para o crescimento populacional e pela expansão geográfica para novas áreas.

A criação de novos espaços para acumulação do capital foi o caminho tomado pelo capitalismo para a resolução da crise que se estruturava no Brasil. A Amazônia foi a região de expansão geográfica do capital, escolhida sobretudo, pelo seu elevado potencial natural e político, assim como, pela sua disponibilidade de mão de obra e mercado consumidor.

Sendo assim, a fronteira amazônica compreendia os espaços necessários para a expansão do capitalismo, que segundo Luxemburgo (1988, p.31) para acumular, precisa alimentar-se de modos de produção não capitalistas, não de forma aleatória. Ele necessita de camadas sociais não capitalistas como mercado, para colocar a mais-valia, delas necessita como fonte de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial.

Compreende um processo que faz parte da tendência histórica do capital que é absorver e destruir os modos não capitalistas de produção, ao mesmo tempo, que utiliza os seus espaços para a acumulação do capital.

A incorporação da fronteira amazônica ocorreu segundo a lógica de expansão do capitalismo, por compreender um espaço ainda não dominado pelo capital, com uma grande quantidade de riquezas naturais a serem exploradas e com um elevado potencial de mercado consumidor.

Na Amazônia a expansão do capitalismo, segundo Côrrea (1987, p. 57); ocorreu em três etapas, incluindo um conjunto de planos e políticas governamentais:

1. A primeira etapa se constitui em um controle do excedente demográfico rural, seja do Nordeste ou do Centro-Sul do país, com intuito de mandar para a Amazônia o excedente rural destas regiões, diminuindo assim o afluxo para as áreas metropolitanas, criando ao mesmo tempo na Amazônia um mercado de força de trabalho para o capital. A criação do PIN (Plano de Integração Nacional), em 1970 e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária) de onde se originaram os projetos de colonização dirigida, tanto ao longo da rodovia Transamazônica quanto da BR-364 que atravessa o Estado de RO, são resultantes da política implementada nessa primeira etapa;

2. O segundo passo constituía em incorporar a Amazônia ao mercado de consumo de produtos industrializados e de matérias-primas. Para que isso acontecesse era necessário criar uma rede de infraestrutura de estradas e rodovias, sendo assim criou em 1960, a ligação rodoviária entre Belém e o sudeste do país através de Brasília e mais tarde, as rodovias para Porto Velho (BR 364) e Santarém (Cuiabá-Santarém), com isso a produção do Sudeste tinha condições de chegar a Amazônia, assim como agora havia a possibilidade de enviar matérias-primas para o Sudeste. Com o intuito de se conhecer melhor os recursos naturais da Amazônia, que possibilitaria a implantação de grandes projetos que iriam propiciar a melhor exploração destes recursos foi criado em 1968, o Comitê Coordenador de Recursos Energéticos da Amazônia, a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) em 1969, e do Projeto Radar da Amazônia (RADAM) em 1970. A criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967 veio viabilizar a implantação de um distrito industrial e que causou grandes mudanças na rede urbana;
3. A terceira etapa constituía-se pelo controle capitalista dos recursos naturais sobre a forma de apropriação de enormes extensões de terras ricas em madeiras, minérios e solos para a agropecuária. Com o intuito de viabilizar este propósito foi criado em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e organizou-se seu agente financeiro, o Banco da Amazônia S/A (BASA), órgão responsável pela ocupação privada da Amazônia.

O processo de incorporação capitalista da fronteira amazônica, concedeu a região a condição de fronteira econômica, produtora de recursos naturais, estando o Estado nacional, intimamente associado a este processo, tendo como objetivo o remodelamento de uma nova ordem espacial que visasse atender as demandas do mercado interno, desvinculando o Brasil das oscilações do mercado mundial.

O pacote de metas para que o processo de incorporação da fronteira fosse instaurado, incluía a construção de um ideal nacionalista, planos econômicos de

desenvolvimento regional, o estabelecimento de órgãos governamentais e a construção de uma rede de infraestrutura de estradas e rodovias.

Apesar de todas as ações visarem a incorporação e o desenvolvimento das áreas agrícolas, a fronteira amazônica teve nas cidades a base do seu desenvolvimento, o que conferiu a região o status de “floresta urbanizada” (BECKER, 1990; CASTRO, 2010; TRINDADE Jr. 2013).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Condições para o estabelecimento da fronteira amazônica

A incorporação dos espaços amazônicos a partir da lógica de expansão do capitalismo, era condição quase que pré-estabelecida, pois a região consistia na última área de fronteira no Brasil, porém, este processo não ocorreu de forma aleatória, algumas mudanças no quadro econômico, social, político e até ideológico criaram as condições necessárias para que o processo se estabelecesse.

As transformações no modelo de ocupação e o estabelecimento da nova fronteira na Amazônia, só vai ser possível em virtude dos novos modelos de desenvolvimento econômico implantados no Brasil em meados de 1930, atingindo seu ápice após 1964 com o golpe militar.

A implantação do processo de industrialização no Brasil entre os anos de 1930 e 1960, embasado na terceira revolução industrial (das comunicações e informações) segundo Monte-Mór (1994, p. 172), foram os elementos responsáveis pela recente extensão das condições de produção a parcelas mais amplas dos espaços regionais e nacionais, o processo de urbanização extensiva³, fator responsável pela expansão das fronteiras rumo a Amazônia.

³ A urbanização extensiva pode ser definida segundo Monte-Mór (2004, p. 115) como a forma socioespacial que expande as condições urbano-industriais de produção e (reprodução) por sobre o espaço regional articulando o urbano e o rural em uma única e (virtualmente) integrada forma urbana, carregando também consigo as especificidades de polis e da civitas: a *praxis urbana*, a política e a cidadania. Monte-Mór (1994, p. 170) atribui a ideia de urbanização extensiva da derivação do termo de Henri Lefebvre de “zona urbana”, “no qual refere-se aquele estágio de organização espacial no qual o capitalismo industrial, firmemente estabelecido dentro da cidade e controlando a sua região de influência, provoca a ruptura da cidade, em duas partes relacionais: o *core*, o centro/núcleo urbano, resultante do processo de *implosão* do

Paralelamente ao processo de industrialização, temos a construção de uma identidade nacionalista, que teve o seu estabelecimento em 1930 com as políticas do Estado Novo, quando o nacionalismo passou a ser sistematicamente incorporado a ideologia do regime, tendo sua materialização com o anúncio da Marcha para Oeste, em 1938.

Iniciado o processo de estabelecimento de uma identidade nacional, as justificativas criadas para a ocupação da Amazônia apresentavam relevância, e encontravam adeptos nos diferentes grupos sociais envolvidos.

Os discursos de Getúlio Vargas⁴ na década de 1940 estavam impregnados das ideologias que justificavam a necessidade da construção de uma identidade nacional e, embasavam-se no enaltecimento da importância das nossas riquezas naturais, da ocupação dos vazios demográficos e da necessidade de unificar as fronteiras políticas as econômicas, no intuito de vencer a não correspondência entre o político e o econômico.

Estas constituíram as bases do discurso da incorporação da fronteira amazônica, e se tornaram justificativas para que o processo fosse implantado.

locus do poder, marca da antiga cidade; e o *tecido urbano*, a trama de relações sócio espaciais que se estende à região resultante da *explosão* da cidade preexistente”.

⁴ Segundo o discurso de Getúlio Vargas em 1940: “Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o *verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo ao Oeste*. Para bem esclarecer a ideia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unicidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unicidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob esse aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeiras e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e como todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja o nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas fronteiras.” (VARGAS, sem data, p. 284-285 in VELHO, 1976, p. 148)

As políticas e ações que permitiriam a expansão da fronteira amazônica nas décadas posteriores continuaram a ser implementadas. No início dos anos de 1950, o nacionalismo e o intervencionismo estatal prosseguiram, e se manifestaram na forma de medidas como; a criação do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico (BNDES), o estabelecimento de categorias múltiplas para as importações (fato que serviu de um poderoso instrumento para a canalização das importações para setores considerados importantes para o desenvolvimento econômico de base), a fixação de limites para a remessa de lucros para o exterior e a criação da PETROBRAS (VELHO, 1976, p. 162).

Em 1956, é formulado o Plano de Metas, que agrupava quatro grandes conjuntos de objetivos: 1) investimentos diretos do governo no sistema de transporte e geração de energia; 2) ampliação e\ou instalação de setores de produção intermediária, com destaque para a siderurgia; 3) instalação das indústrias produtoras de bens de capital; 4) construção de uma nova sede administrativa do país, que acabou se tornando a sua capital, Brasília (RATTNER e UDRY, 1987).

Neste momento, verifica-se uma mudança na classe que comandava o desenvolvimento no Brasil, a burguesia nacional que vinha se desenvolvendo desde os anos de 1930, passou a não ser mais o principal instrumento do Estado para o desenvolvimento, em virtude das exigências crescentes de capital e tecnologia.

Isso não significou um simples desaparecimento da burguesia, muitos prosperaram com o crescimento industrial, mas os principais postos dos setores dinâmicos da economia foram assumidos diretamente pelo Estado ou por investidores estrangeiros (VELHO, 1976).

Essas mudanças no papel que a burguesia assumia na sociedade brasileira causou um descontentamento geral da classe, e foi um dos fatores determinantes para o apoio destes, no estabelecimento do golpe militar em 1964.

No plano social, outras transformações são verificadas, há um crescimento significativo da população economicamente ativa no setor secundário entre 1940 e 1980, e um declínio de mais de 60% da população ocupada no setor agrícola, somado a estas desigualdades, temos uma forte concentração de renda (RATTNER e UDRY, 1987).

Em relação a produção agrícola esta cresceu de modo extensivo, ocupando novas terras, o que não descartou a ocorrência simultânea de um processo de modernização tecnológica, restrita a algumas regiões do Centro-Sul e às lavouras voltadas a exportação, o que levou ao aumento dos preços dos alimentos de necessidades básicas.

A deficiência de alimentos, configurará também como um dos argumentos para o processo de ocupação das terras amazônicas, onde o governo tentará nos seus projetos de colonização, viabilizar a pequena propriedade para aumentar a oferta de tais gêneros, apesar das grandes distâncias (RATTNER e UDRY, 1987)

De 1961 em diante o crescimento industrial brasileiro apresentou uma queda considerável e foi acompanhado por um período de crise política.

Segundo a CEPAL (COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A AMÉRICA LATINA), o processo de substituição de importações havia se completado, e qualquer novo crescimento dependeria de um alargamento do mercado consumidor, que serviria de base para a substituição de importações. Tudo isso, só poderia ser realizado através das chamadas reformas estruturais, que permitiria incorporar ao mercado as massas marginais, sendo que uma reforma agrária, estaria entre as primeiras ações (VELHO, 1976).

Quando o regime militar tomou o poder, o quadro político, econômico e ideológico já havia sido instaurado nos períodos anteriores, permitindo assim que as ações de incorporação da fronteira amazônica pudessem ser aplicadas.

É possível observar que a ocupação das terras amazônicas como parte das políticas do Estado autoritário, que se estabelecem a partir de 1964, não ocorreram de forma isolada, somente foi possível a sua concretização, em virtude, das mudanças no quadro político, econômico e ideológico que se estabelecia no Brasil desde meados de 1930, sobretudo com o estabelecimento das políticas do Estado Novo.

O governo militar quando assume o poder já possuía as condições básicas estabelecidas para a incorporação das terras amazônicas a fronteira brasileira e, foi sobretudo, o instrumento do capitalismo para que o processo fosse concretizado.

2.2 Características da fronteira amazônica

A incorporação da fronteira amazônica compreendeu um processo permeado de elementos próprios que combinados concederam a região características peculiares.

Segundo Becker (1988) a flexibilidade é a característica mais marcante do processo de expansão da fronteira, que se traduz nas inúmeras formas de adaptação as novas conjunturas por parte dos agentes e das suas estratégias no processo de ocupação.

Esta flexibilidade, dependendo da forma como os diferentes elementos sociais, políticos e econômicos se arranjam, acarreta em diferenças na forma como o processo de ocupação ocorre.

Sendo assim, segundo Becker (1988, p.71) a fronteira amazônica pode ser caracterizada a partir de uma divisão em quatro períodos que leva em consideração os agentes e as estratégias de ocupação do espaço:

- 1) As décadas de 1950 e 1960 quando a fronteira teve um caráter agrícola, impulsionada por frações não monopolistas do capital;
- 2) Período pós década de 1969 quando passou a dominar a apropriação especulativa de terras, associada a atividades não produtivas, efetuada pela fração monopolista do capital;
- 3) A década de 1980 momento em que dominou o capital financeiro internacional, o grande capital parece se retrair na fronteira tendendo a se afirmar seletivamente. Os fazendeiros e os pecuaristas, dependem nesse momento de incentivos e de créditos que irá determinar se irão ampliar seus investimentos ou direcionar para produtos de exportação. Fortalece-se a condição de fronteira como “lócus” de pequenos produtores cuja capitalização decorre da acumulação proveniente de múltiplas atividades desenvolvidas pelos diferentes membros da família;
- 4) E por fim, a década de 1990 marcada por um duplo processo. A implantação da fronteira socioambiental que reproduz o modelo de desenvolvimento endógeno, voltada para uma visão interna da região e para os habitantes. E uma retomada do planejamento territorial da União fortalecendo o vetor tecno-industrial, reunindo interessados na mobilização de recursos naturais e negócios para a região, favorecendo a retomada de

forças exógenas interessadas na exploração de recursos para a exportação, o que conflita com a fronteira socioambiental

Dentro destes quatro períodos podemos identificar diferentes grupos sociais envolvidos no processo de ocupação da fronteira amazônica, que segundo Rattner e Udry (1987, p. 54-55) englobam:

1. O primeiro formado pelos trabalhadores rurais sem-terra, deslocados para estas áreas em função do avanço das culturas mecanizadas da soja e da cana de açúcar;
2. O segundo grupo é representado pelos pequenos produtores rurais que perderam suas terras em consequência do avanço da agricultura mais intensificada e tecnicizada, ou devido a construção de represas hidrelétricas que exigiram a desapropriação de suas terras;
3. O terceiro grupo é composto por numerosas tribos indígenas que sofreram o impacto do avanço da civilização urbano-industrial, quando suas economias de subsistência entram em contato com a racionalidade dos empreendimentos capitalistas;
4. E por fim, as empresas modernas e altamente capitalizadas, de propriedade do capital nacional ou estrangeiro, atraídas para a região em função dos diferentes favores e incentivos fiscais e tributários concedidos pelo governo Federal.

Cada um destes grupos sociais não apresentaram-se de forma isolada em cada um dos períodos do processo de ocupação da fronteira, mas estiveram presentes em períodos concomitantes, sua diferenciação não ocorre somente por seus recursos, incluindo o nível de renda e escolarização, mas sobretudo, a sua inserção ou integração à sociedade e suas relações com os grupos detentores do poder, o que determina a sua capacidade de obter créditos, empréstimos ou subvenções (RATTNER e UDRY, 1987, p. 55).

A ação dos diferentes grupos na transformação do espaço é outro elemento importante na definição das características que a fronteira amazônica assume. O espaço neste momento, surge como o instrumento de concretização das ações do Estado, o

econômico é reconsiderado em termos espaciais, a partir dos fluxos e estoques, ficando o Estado com a função de controlá-los e assegurar sua coordenação, integrando e rompendo o espaço anterior, produzindo seu próprio espaço (BECKER, 1988, p. 66).

Sendo assim, a fragmentação do espaço e a formação de novos territórios na fronteira resultam da interação de duas malhas territoriais de diferentes níveis; a) a malha sócio-política composta pelo espaço vivido construído pelos grupos sociais que concretamente se instalaram na fronteira, que dependendo do seu potencial político servem como grupo de pressão ou de manobra política, é institucionalizado, dando origem a novas unidades da federação, principalmente municípios; b) a malha político-ideológica constituída pelos territórios apropriados e geridos diretamente pelo aparelho do Estado, em áreas dotadas de recursos estratégicos e conflitos potenciais ou reais, tais como áreas de limítrofe com outros países e áreas de conflitos com limites criados pela malha do espaço vivido (BECKER, 1988, p. 78)

É possível então, identificar uma primeira divisão do espaço amazônico na escala nacional/regional, representado pela divisão da Amazônia Legal. Essa homogeneidade regional é fragmentada em dois conjuntos homogêneos sub-regionais: a Amazônia Oriental, onde é intensa a ação do aparelho do Estado, e Amazônia Ocidental (Principalmente norte do Mato Grosso) onde é forte a iniciativa privada.

A parte oriental acolheu, desde o início do século migrantes oriundos do Nordeste, ocupados na produção da castanha. Posteriormente, esse fluxo que dura até a década de 1960, encaminha-se para o sul do Pará e para o norte do Mato Grosso alojando-se com os migrantes da Belém-Brasília, constituindo uma frente de trabalho aberta pelo governo naquela época (RATTNER e UDRY, 1987).

Os conflitos foram mais presentes na região Oriental, pois a fronteira fechou-se mais rapidamente o que levou o governo a criar órgãos específicos para administrar a questão fundiária – GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), já na região do norte do Mato Grosso a ocupação foi realizada essencialmente pela iniciativa privada, o que sugeriu uma certa restrição ao acesso à terra (RATTNER e UDRY, 1987).

O caso da Amazônia Ocidental foi diferente, pois a origem dos seus migrantes remonta do fenômeno de fechamento da fronteira no Estado do Paraná, entre 1940 e

1960. O conjunto de experiências trazidas por estes migrantes é completamente diferente dos migrantes nordestinos e resultará numa forma diferenciada de organização do espaço amazônico.

O lado Ocidental era mais favorecido do ponto de vista da qualidade das terras e das condições para a fixação definitiva do homem para a acumulação do capital, porém existia uma certa fragilidade institucional que possibilitava conflitos com relação a terra (RATTNER e UDRY, 1987)

Os conjuntos sub-regionais, por sua vez, são divididas em unidades pelas sociedades locais em: 1) território de ocupação induzida pela Belém-Brasília e pelo crédito para a pecuária, o primeiro a ser ocupado, onde dominam os fazendeiros individuais e os pequenos produtores; 2) o território de ocupação dinamizada por incentivos fiscais, de domínio da grande empresa agropecuária, com trabalhador assalariado, no sul do Pará e no quadrante nordeste do Mato Grosso; 3) o território de ocupação dirigida pela colonização oficial da transamazônica e Rondônia onde dominam colonos com trabalho familiar; 4) os enclaves de ocupação tradicional, onde latifundiários tradicionais, fazendeiros e posseiros disputam a terra, e a gestão do governo central passou a ser direta (GETAT); 5) o território da colonização particular, na órbita da rodovia Cuiabá-Santarém, na verdade territórios, dado a variedade de colonos em termos de grau de capitalização e de controle e organização que exercem e, por fim uma nova malha que se justapõem ou interpõem as anteriores formada pelas empresas agropecuárias e grandes projetos de exploração mineral (BECKER, 1988, p. 81).

Cada uma destas áreas apresenta como característica em comum, comportarem diferentes conflitos pela posse da terra, devido não existir no Brasil uma política fundiária nacional.

Os diferentes objetivos dos grupos sociais participantes da incorporação da fronteira chocam-se entre si, os programas de desenvolvimento do governo federal entram em conflito com a meta dos assentamentos de migrantes, assim como o estabelecimento das indústrias minerais e agropecuárias.

Rattner e Udry (1987, p.40) identificam três frentes de conflito na fronteira amazônica; a primeira formada por trabalhadores assalariados rurais, do Centro-Sul, a

segunda composta por posseiros, que tradicionalmente relutam em abandonar a terra, ou então conseguem comprovar ao governo um período de ocupação de no mínimo cinco anos para fazer jus ao título de propriedade e, a terceira composta por trabalhadores sem-terra e migrantes, configurando braços disponíveis para o trabalho de quem possa eventualmente emprega-los.

É possível acrescentar ainda, a frente de conflito formada pelos povos indígenas que não aceitam a ocupação de suas terras, considerando-as como suas, mesmo sem o documento da terra, e a frente de conflito gerada com a implantação das empresas minerais e agropecuárias.

O grande vetor de todos estes conflitos é a condição jurídica da terra, a falta de legalização de títulos de posse ou de propriedade, fator que sempre atuou como elemento propulsor das suas disputas.

No Brasil, o Estado assume o papel de definidor da propriedade, esta costuma ser titulada antes de ser ocupada. Herança trazida desde a implantação do Brasil colônia, com o estabelecimento das capitâneas hereditárias e sesmarias.

Pouco se desenvolveu no Brasil quanto aos seus sistemas de titular, cadastrar e registrar as terras, o maior desenvolvimento diz respeito aos aspectos tributários, cujo discurso visa a taxaço no intuito de um maior aproveitamento social (RATTNER e UDRY, 1987).

Na fronteira a questão da legalização assume uma importância maior, sobretudo, para os diferentes grupos sociais envolvidos na ocupação do espaço. A legalização é tida como uma condição prévia para fomentar a ocupação e o desenvolvimento, e o Estado não apresenta mecanismos para conseguir tal feito.

Outro aspecto importante, é que não são desenvolvidos meios de prevenção dos conflitos pela terra, seja na fixação dos contingentes migratórios ou no aprimoramento na demarcação de terras (RATTNER e UDRY, 1987).

2.3 A implantação da fronteira amazônica

A implantação da fronteira amazônica ocorre sobretudo, com o estabelecimento das políticas do regime militar que passaram a vigorar a partir do golpe que ocorre em 1964. Quando o regime militar se estabelece, as condições para a incorporação das terras amazônicas já haviam sido implantadas, permitindo assim, a aplicação efetiva das ações.

Fatores como a defesa da extensa fronteira nacional, a proteção de riquezas minerais, a conquista de mercados de difícil acesso e o redirecionamento de trabalhadores rurais sem terra de regiões densamente povoadas para as terras amazônicas, estavam inseridos dentro do pacote de ações do governo.

O discurso oficial de integração nacional, ocupação de vazios demográficos e desenvolvimento faziam parte do plano ideológico de incorporação capitalista da Amazônia (CARDOSO e MUELLER, 1977).

A integração atendia a vários propósitos simultaneamente, e incluía a burguesia nacional, o capital estrangeiro e o Estado Brasileiro.

Segundo Ianni (1979, p.36), durante os anos de 1964-1969, a problemática amazônica era tratada pelos governos federal, estaduais, territoriais e municipais dentro da perspectiva de vazio demográfico, vazio econômico, escassez de recursos de capital, dispersão de recursos humanos e econômicos, insuficiência de meios de transportes e comunicações, predomínio de atividades econômicas e extrativistas, identificação entre borracha e Amazônia, populações e culturas indígenas desconhecidas, terras virgens ou pouco cultivadas, fartas e talvez férteis ou ricas, inclusive em minerais, cobiça internacional e geopolítica.

O Estado apresentou um papel muito importante dentro das políticas de incorporação da Amazônia, foi o responsável pelos investimentos em infraestrutura, o avalista e o repassador dos recursos vindos do exterior além de estabelecer o conjunto de políticas que concretizariam o propósito de incorporação capitalista da Amazônia.

Todos esses fatores, o controle do excedente rural e a criação de força de trabalho disponível para o capital, a inserção da Amazônia no mercado capitalista de produtos e o controle dos recursos naturais são as bases em que se ergueu a “fronteira do capital” na Amazônia (RATTNER e UDRY, 1987).

O processo de constituição da fronteira amazônica segundo Becker (1980, p. 15) ocorre como parte integrante da sociedade nacional, associado ao modelo de crescimento intensivo de capital e possibilitado pela mediação do Estado. Este processo somente pode ser viabilizado, pois o espaço amazônico não se encontrava totalmente estruturado, fator determinante para a concretização do process.

As políticas de expansão da fronteira amazônica começaram a ser implantadas com maior intensidade durante o regime militar e estavam regadas pelas ideias da Escola Superior de Guerra (ESG), onde existia a crença de uma política de integração da segurança nacional sob a tutela de um Governo Federal forte (HENRIQUES, 1985).

A seca na região nordeste no ano de 1969/70 acelerou a intervenção do governo federal para viabilizar as políticas de colonização para a região Amazônica. A população rural constituía-se como um problema pela sua volatilidade, eram migrantes em potencial e os centros urbanos já apresentavam sinais de inchaço e demandas por saúde, habitação e serviços públicos.

Essas políticas representaram, por outro lado, uma forma de aliviar as tensões sociais no campo sem que necessariamente se realizasse uma reforma agrária (IANNI, 1979).

Segundo Martins (2014, p.76) o governo militar socializou os custos de ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para a sociedade o custo da não realização de uma reforma agrária, quando optou por um modelo concentracionista de propriedade e não por um modelo distributivista, que vinha sendo reivindicado pelos movimentos camponeses antes do golpe de Estado.

O sentido dessa opção estava no fato de que o Golpe de Estado havia sido financiado e apoiado pela classe de proprietários de terra e das oligarquias tradicionais, na tentativa de conter uma suposta revolução agrária de caráter comunista, orientada pelos camponeses pobres, sobretudo, do Nordeste brasileiro (MARTINS, 2014).

Em virtude do apoio que a classe agrária brasileira concedeu aos militares no Golpe de Estado, grande parte das ações e políticas de incorporação das terras amazônicas tiveram como foco atender às necessidades dos grandes proprietários de terra no Brasil.

O governo Federal neste momento apresentou um papel de fundamental importância na consolidação da fronteira amazônica, concedeu às grandes empresas nacionais e multinacionais, incentivos fiscais na forma de descontos de até 50% do imposto de renda nos empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país. A condição era de que esse dinheiro deveria ser depositado no Banco da Amazônia, um banco federal e, que após a aprovação de um projeto de investimento pelas autoridades, o recurso fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa agropecuária ou industrial na Amazônia, tratava-se de uma doação e não de um empréstimo (MARTINS, 2014).

A ação privada foi baseada em investimentos em todos os setores econômicos mediante incentivos fiscais e a redução de taxas tributárias, a serem empregadas como capital de investimento, principalmente na criação de gado, na indústria e projetos de mineração.

O foco das políticas governamentais implantadas na Amazônia foram as áreas rurais, seja na forma de projetos de colonização, de mineração ou projetos agropecuários.

Contudo, a expansão da fronteira não pode ser resumida somente a um fenômeno essencialmente agrícola, compreende a associação de várias frentes; agrícola, pastoril, extrativa (mineral e florestal), financeira (representada pela apropriação não produtiva da terra), tendo as cidades como base logística para que o projeto de rápida ocupação se estabelecesse (BECKER, 1990a).

Apesar do processo parecer essencialmente agrícola, a expansão da fronteira amazônica teve como base as cidades, podendo ser caracterizado como um fenômeno que teve no urbano a sua base de implantação.

Conclusão

O estudo da fronteira como categoria de análise nos permite compreender muitos dos aspectos presentes na constituição da formação sócio-espacial de uma sociedade,

em virtude dos diferentes papéis que assume, dos conflitos que carrega, das classes sociais envolvidas e suas diferentes temporalidades.

No Brasil, o estabelecimento das suas fronteiras esteve associado a construção dos elementos que compõem sua sociedade. Este processo, porém, não se constituiu de forma natural, sem intenções e vontades, ocorreu sempre em virtude dos interesses do capital.

Foi o capital internacional o responsável pela implantação das primeiras fronteiras no Brasil, uma vez que, as terras brasileiras constituíam a região disponível para expansão do capitalismo português, que necessitava de matéria prima, mercado consumidor e mão de obra para se renovar. O fato de não haver uma sociedade organizada economicamente dentro dos moldes capitalistas no Brasil, foi de fundamental importância para a expansão da fronteira que não encontrou obstáculos para sua reprodução dentro dos seus moldes.

Muitas heranças deste período estão presentes na sociedade atual, como nossa estrutura fundiária baseada nos latifúndios, e nossa vocação agrícola. Não se pode esquecer, os hábitos e costumes presentes na sociedade, frutos desta época.

Já o estabelecimento da fronteira amazônica traz consigo muitas das características e heranças da implantação das primeiras fronteiras no Brasil, porém, ocorre dentro de um outro contexto, o do estabelecimento das crises internas no modo de produção dominante.

A incorporação da fronteira amazônica ocorre dentro de um contexto de expansão do capitalismo no Brasil, quando a produção industrial do Centro-Sul do país necessitava se expandir, sendo assim, a fronteira amazônica vai apresentar características próprias na forma como se implanta.

O Estado Nacional foi o responsável pela implantação da fronteira e as políticas regionais o caminho utilizado, porém, toda uma gama de políticas foi implantada anteriormente, juntamente com a construção de um ideal nacionalista para que o processo pudesse ser estabelecido.

A Amazônia foi a região de expansão geográfica do capital, escolhida sobretudo, pelo seu elevado potencial natural e político, assim como, pela sua disponibilidade de

mão de obra e mercado consumidor, porém, este processo apresenta como resultado custos sociais, que se manifestam na forma de diferentes conflitos, pois sua constituição envolve diferentes grupos sociais e suas diferentes formas de apropriação do espaço.

Uma leitura do processo de formação sócio-espacial da Amazônia a partir da perspectiva de incorporação da fronteira, nos permite compreender como ocorreu a transformação destes espaços, a forma como se estruturaram, seus conflitos e interesses envolvidos, o que facilita a construção de soluções para os problemas e conflitos, tão presentes nesta região.

Referências

BECKER, B. K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.40, n.01, p. 111-122, 1978.

_____. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982, p. 233.

_____. **SIGNIFICÂNCIA CONTEMPORÂNEA DA FRONTEIRA: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira**. In: FRONTEIRAS, Catherine Aubertin (Org). Brasília: Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988, p. 60-89.

_____. Grandes projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.51, n.04, p. 07-20, 1989.

_____. **AMAZÔNIA**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, B. K., MACHADO, L. O.; MIRANDA, M. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990a, p. 131-144.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

_____. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio.** São Paulo: Ática, 2004.168p.

BECKER, B. K. EGLER, C. A. G. **Brasil uma nova potência regional na economia mundo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. 268 p. (Coleção Geografia)

BOMFIM, P. R. de A. **FRONTEIRA AMAZÔNICA E PLANEJAMENTO NA ÉPOCA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: INUNDAR A HILEIA DE CIVILIZAÇÃO?** *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v.30, n.1, p. 13-33, 2010.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1977. 205p.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos cadernos do NAEA**, Belém, v.08, n.2, p.05-40, 2005.

_____. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Orgs). *Amazônia: Região Universal e Teatro Mundial.* São Paulo: Editora Globo, 2010, p. 105-122.

CORRÊA, R. L. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n.3, p.39-68, 1987.

COSTA, J, M. M. da. Amazônia: Recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento (contribuição para o debate). In: *Amazônia desenvolvimento e ocupação.* José Marcelino Monteiro da Costa (Ed.) Rio de Janeiro: Ipea\Inpes, 1979, p. 37-88.

COSTA, W. M. DA. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil.** 7º ed. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1997.

COURLET, C. Globalização e fronteira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.17, n.1, p. 11-22, 1996.

FEARNSIDE, P. M. Environmental change an deforestation in the Brazilian Amazon. In: HEMMING, J. (ed.) **Change in the Amazon Basin: man's impact on forest and rivers**, v. 01. Manchester/UK, 1985, p. 70-89.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 350p.

GODFREY, B.J. FRENTE DE EXPANSÃO NA AMAZÔNIA: UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA-HISTÓRICA. **Revista Geosul**, Florianópolis, n.01, p. 7-19, 1989.

HARVEY, D. **A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. 251p.

HENRIQUES, M. H. F. T. A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3/4, jul-dez. 1984.

_____. A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.46, n.3/4, jun-dez. 1985.

_____. Os colonos de Rondônia: Conquistas e Frustrações. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.47, n.3/4, jun-mar. 1986.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, 137p.

KOHLHEPP, G. Desenvolvimento regional adaptado: o caso da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 06, n. 16, p. 81-102, 1992.

_____. Conflitos de Interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

LÉNA, P. Diversidade da fronteira agrícola da Amazônia. In: FRONTEIRAS, Catherine Aubertin (Org). Brasília: Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988, p. 90-129.

LOUREIRO, R. V. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo – Anticrítica**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 195p.

MACHADO, L. O. **Significado e configuração de uma fronteira na Amazônia**. Belém: SBPC, 1983. 23p.

_____. **Urbanização e monopólio do espaço: o exemplo da Amazônia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984. 34p.

_____. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.54, n. 02, p. 27-55, 1992.

_____. **Sistemas, fronteiras e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 2-9, 2002.

MAHAR, D.J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1979. 259p

_____. **Government Policies and Deforestation in Brazil's Amazon Region**. Washington, Word Bank Publication, 1989.

MARTINS, J. de S. **FRONTEIRA: A degradação do outro nos confins do humano**. 2ª Ed. São Paulo: editora contexto, 2014.

MÉLO, J. L. B.de. REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE A FRONTEIRA. In: CASTELO, I. R.; KOCH, M. R.; OLIVEIRA, N.; SCHÄFFER, N. O.; STROHAECKER, T. M.; (Orgs) **Fronteiras na América Latina: Espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul- Fundação de Economia e Estatística, p. 68-74, 1997.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo Tardio**. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 29-52.

MONBEIG, P. **Pioniers et Planteurs de São Paulo**. Paris: Armand Colin, 1952. 376p.

MONTE-MOR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 169-181, 1994.

_____. Urbanização e modernização na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad. p. 112-122, 2004.

_____. A questão urbana e o planejamento no Brasil contemporâneo. In: DINIZ, C.C.; LEMOS, M. B. (Orgs.). Economia e território. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 429-448.

_____. O que é o urbano, no mundo contemporâneo? Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006, p.14. (Texto para discussão, 281, disponível em www.cedeplar.ufmg.br/publicações).

NASCIMENTO, C. P. Cenários da Produção Espacial Urbana de Porto Velho. 2009. 210p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Porto Velho, 2009.

PRADO Jr, C. **Evolução Política no Brasil e outros Ensaio**s. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

_____. **A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969. 390 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RATTNER, H.; UDRY, O. **COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: Expansão e Conflitos**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1987. 90p.

REGO, N. CAPITALISMO, NATUREZA E FRONTEIRA AGRÍCOLA AMAZÔNICA. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v.14, p.80-87, jul, 1986.

RIBEIRO, M. A. C. Amazônia: A dimensão do urbano e a qualidade ambiental. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.57, n. 02, p. 41-65, 1995.

_____. A dimensão urbana da questão ambiental na Amazônia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 16, n. 01, p. 83-100, 1996.

SANTOS, C. **A Fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 2001.202p.

SANTOS, M. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1965.

_____ **A Urbanização Desigual**: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1980. 128p.

_____ **Espaço e Sociedade**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____ **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____ **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____ **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 9)

_____ **A Urbanização Brasileira**. 5ª.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, N. P. D. SOCIEDADE, AMBIENTE E FRONTEIRAS NA AMAZÔNIA: ALGUNS TÓPICOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS. **Revista TEXTOS & DEBATES**, Boa Vista, n.22, p.105-117, 2012.

SILVA, J. G. da. A MODERNIZAÇÃO DOLOROSA. **Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, G. V. A FRONTEIRA POLÍTICA: Alguns apontamentos sobre este tema clássico da Geografia Política. Macapá. **Revista Acta Geográfica**, Macapá, ano II, v. 04, p. 7-15, 2008.

SILVA, M. S. H.; SILVA, S. S. dos. FRONTEIRA: UMA CATEGORIA HISTÓRICA. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG**, Goiás, V. II, n. 5, p. 1-9, 2008a.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, p. 135-151, 2011.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

_____. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, 178p.

VICENTINI, Y. **A Cidade e História na Amazônia.** Curitiba: Editora da UFPR, 2004, 287 p.

Submetido em: 18/02/16

Aprovado em: 09/05/16